

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Instituto Nacional de Câncer
José Alencar Gomes da Silva

Comissão Nacional para Implementação
da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (Conicq)



A IMPORTÂNCIA E A URGÊNCIA DA DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO EM ÁREAS QUE PRODUZEM TABACO NO BRASIL

Notas Técnicas para Controle do Tabagismo



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Instituto Nacional de Câncer
José Alencar Gomes da Silva

Comissão Nacional para Implementação
da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (Conicq)



A IMPORTÂNCIA E A URGÊNCIA DA DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO EM ÁREAS QUE PRODUZEM TABACO NO BRASIL

Notas Técnicas para Controle do Tabagismo

Rio de Janeiro, RJ
INCA
2014

© 2014 Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva/ Ministério da Saúde.

Todos os direitos reservados. A reprodução, adaptação, modificação ou utilização deste conteúdo, parcial ou integralmente, são expressamente proibidas sem a permissão prévia, por escrito, do INCA e desde que não seja para qualquer fim comercial.

Venda proibida. Distribuição gratuita. Esta obra pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer (<http://controlecancer.bvs.br/>) e no Portal do INCA (<http://www.inca.gov.br>).



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações – 4.0 Internacional.

Tiragem: 500 exemplares

Elaboração, distribuição e informações

MINISTÉRIO DA SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ
ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA)
Secretaria-Executiva da Comissão Nacional
para Implementação da Convenção-Quadro
para Controle do Tabaco (Se-Conicq)
Rua do Resende, nº 128 – 3º andar, Sala 303
Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20231-092 Brasil
Tel: +55 21 3207-4502
conicq@inca.gov.br
www.inca.gov.br/observatoriotabaco

Equipe de Elaboração

Alexandre Octávio Ribeiro de Carvalho
Cristina de Abreu Perez
Érica Cavalcanti Rangel
Felipe Lacerda Mendes
Mariana Coutinho Marques de Pinho
Rita de Cassia Martins
Rosa Rulff Vargas
Tânia Maria Cavalcante

Colaborador

Christianne Belinzoni
(Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Edição

COORDENAÇÃO-GERAL
DE PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA
Serviço de Edição e Informação
Técnico-Científica
Rua Marquês de Pombal, 125
Centro – Rio de Janeiro – RJ
Cep 20230-240
Tel.: (21) 3207-5500

Supervisão Editorial

Leticia Casado

Edição e Produção Editorial

Taís Facina

Copidesque e Revisão

Rita Machado

Capa, Projeto Gráfico, Diagramação

Jankley Costa Gomes

Normalização Bibliográfica

e Ficha Catalográfica

Mônica de Jesus Carvalho/ CRB:7/6421

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Flama

Ficha Catalográfica

I59i Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

A importância e a urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil. / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco – Rio de Janeiro: INCA, 2014.

36 p. – (Notas técnicas para o controle do tabagismo)

ISBN 978-85-7318-238-5 (versão impressa)

ISBN 978-85-7318-239-2 (versão eletrônica)

1. Tabagismo- legislação & jurisprudência. 2. Indústria do tabaco.
3. Campanhas para o controle do tabagismo. 4. Brasil. I. Título.

CDD 343.81076371

Catálogo na fonte – Seção de Bibliotecas / Serviço de Edição e Informação Técnico-Científica

Títulos para indexação:

Em inglês: Technical notes for tobacco control - The importance and urgency of diversifying production in areas that produce tobacco in Brazil

Em espanhol: Notas técnicas para el control del tabaco - La importancia y la urgencia de diversificar la producción en las zonas productoras de tabaco en Brasil



INTRODUÇÃO

Este documento apresenta uma breve revisão sobre a produção de tabaco no Brasil e chama a atenção para as expectativas de expansão nacional dessa atividade descolada de um cenário global no qual o consumo de produtos de tabaco já dá sinais de desaceleração. Estamos diante de um nítido efeito do alcance dos objetivos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), o primeiro tratado internacional de saúde pública, em vigor desde 2005, que atualmente conta com 177 Estados-Partes implementando de forma intensiva as medidas propostas, entre eles o Brasil.

São apresentados dados nacionais da produção de fumo no contexto de produção global e dados das tendências de redução da prevalência de tabagismo no mundo, e é ressaltada a urgência de países produtores, como o Brasil, acelerarem a implementação do art. 17 da CQCT, que busca salvaguardar produtores de tabaco do impacto esperado com o alcance dos objetivos da Convenção.

Em um dos princípios norteadores da Convenção, seus Estados-Partes reconhecem que:

Deve ser reconhecida e abordada, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento e nas que tenham economias em transição.

Esse princípio norteador tem eco no art. 17 da Convenção: “As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, promoverão, conforme proceda,



alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”.

O cenário aqui apresentado mostra que diversificar as atividades produtivas em estados e municípios produtores de tabaco é uma questão urgente e demanda um esforço concentrado de gestores de estados e municípios produtores. O consumo nacional tem caído drasticamente, e 85% da produção nacional de fumo é exportada, dependendo, portanto, de uma conjuntura global de um mercado que está em retração.

O governo federal está fazendo a sua parte ao lançar o Programa de Diversificação em Áreas Produtoras de Tabaco integrado à sua política de desenvolvimento rural sustentável. Torna-se fundamental que governos de estados e municípios produtores de tabaco assumam essa iniciativa de forma prioritária e urgente, buscando mecanismos sólidos para salvaguardar as famílias e a economia dos próprios estados e municípios produtores que hoje dependem dessa atividade.



A IMPORTÂNCIA E A URGÊNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO EM ÁREAS QUE PRODUZEM FUMO

O Brasil e a produção de fumo

Em 2011, o Brasil ocupava posição de o terceiro maior produtor mundial de tabaco e o maior exportador de fumo em folhas. Naquele ano, foram produzidas, no mundo, mais de 7,5 mil toneladas de tabaco, e o Brasil contribuiu com 12,6% dessa produção, enquanto a China ficou com 41,7%, seguida da Índia, com 13,3%. Os Estados Unidos representaram, em 2011, 3,6% da produção mundial (Figura 1).

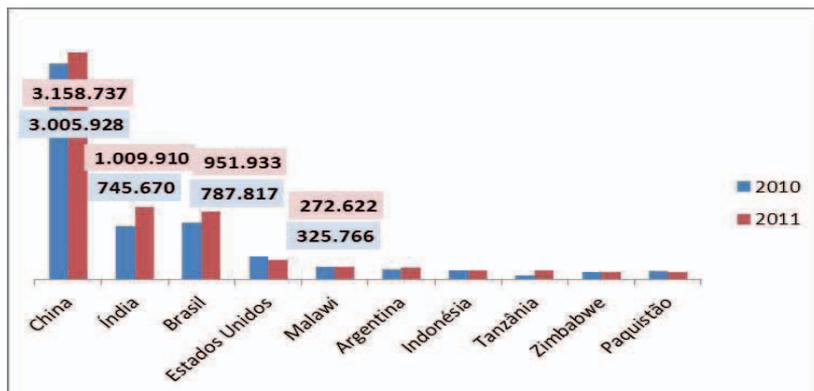


Figura 1 – Produção de tabaco (não manufaturado) (toneladas), 2010 e 2011

Fonte: FAOSTAT, 2013¹.

A produção brasileira de tabaco variou ao longo dos anos de 2000 a 2011^a, sendo que, nesse último ano, aumentou 21% em relação ao ano anterior.

Segundo o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), na safra 2011/2012, o Brasil produziu 710 mil toneladas². Comparando com o dado de produção de 951.933 toneladas registrado pela The Food and Agriculture Organization Corporate Statistical Database (FAOSTAT) em 2011 (Figura 2), pode-se deduzir uma retração de 240 mil toneladas na safra 2012 em comparação com a anterior.

^a O FAOSTAT, até a data de emissão deste documento, não disponibilizava dados relativos ao ano de 2012.



O Sinditabaco também aponta que, em 2012, o tabaco representou 1,34% do total das exportações brasileiras, com 3,26 bilhões de dólares embarcados. Em 2009, chegou a representar 2% e, em 2010, 1,4%³.

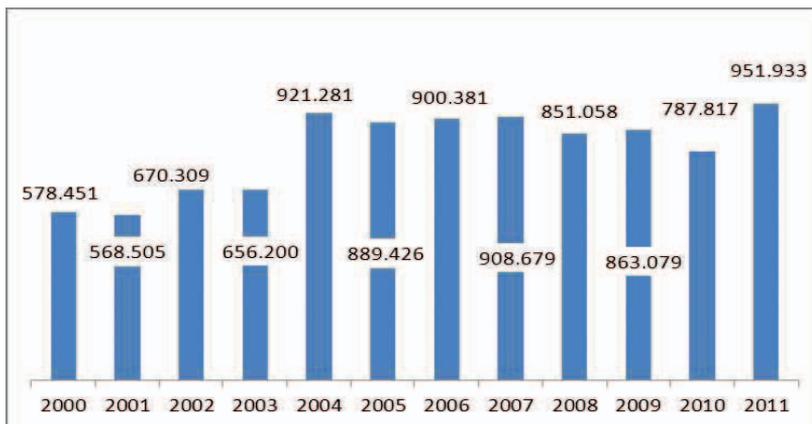


Figura 2 – Produção de tabaco não manufaturado (tonelada), Brasil, de 2000 a 2011
Fonte: FAOSTAT, 2013¹.

Atualmente, 85% da produção nacional de fumo são exportados⁴ e envolvem uma cadeia produtiva que movimenta diferentes atores e organizações, desde os agricultores que produzem a folha de fumo, passando pelas usinas de processamento, fábricas de derivados de tabaco, até distribuidores, exportadores e varejistas.

No Brasil, a mão de obra barata dos agricultores familiares, a disciplina dos produtores agrícolas do Sul do Brasil, o clima e a estabilidade política foram fatores essenciais para que empresas transnacionais de tabaco investissem na articulação dessa cadeia produtiva considerada nacional e internacionalmente como um modelo a ser seguido⁵⁻⁷.

O componente agrícola da cadeia produtiva de tabaco envolve, atualmente, mais de 159 mil famílias de pequenos agricultores brasileiros. Eles vivem, em sua maioria, em 720 municípios produtores da Região Sul, e grande parte tem na produção de fumo sua principal atividade econômica⁴. Ao mesmo tempo em que representam o elo mais frágil da cadeia produtiva, os agricultores, para a indústria do tabaco, também são o mais estratégico componente dessa cadeia, pois não só garantem o controle de qualidade da



folha, como também o controle político das regiões produtoras, inclusive para mobilização contra medidas nacionais para redução do tabagismo⁸⁻¹⁰.

No Brasil, a cadeia produtiva é controlada nacionalmente por diferentes companhias transacionais de tabaco, entre elas a British American Tobacco (BAT), representada pela companhia Souza Cruz, e a Philip Morris. Ambas empresas são as maiores articuladoras do consumo mundial de produtos de tabaco. Junto com empresas processadoras e exportadoras de fumo, tais como a Alliance One, a Universal Leaf Tobacco, a Japan Tobacco International (JTI), a Marasca, a Premium Tabacos do Brasil, essas companhias formam o elo mais forte da cadeia produtiva de fumo que também é articulada globalmente¹¹⁻¹⁴.

É importante ressaltar que o entendimento sobre a importância estratégica do controle de todo o processo produtivo do fumo fez com que companhias, como a Philip Morris e a JTI, passassem também a assumir, mais recentemente, a articulação dessa cadeia produtiva desde seu componente agrícola, na região Sul do Brasil^{12,15}.

Apesar de tendências de retração da demanda global de fumo, como será visto a seguir, a ampliação dessa produção vem sendo estimulada nacionalmente por essas empresas, o que não leva em conta a mudança de paradigma histórica no que tange o consumo mundial de produtos de tabaco provocada pela implementação global da CQCT^{b,c,11,16,17}.

^b Codevasf – Informativo mensal – setembro 2009: O diretor da Área de Desenvolvimento e Infraestrutura da Codevasf, Clementino Coelho, e assessores conheceram a Indústria Universal Leaf Tabaco, em Santa Cruz do Sul (RS), atendendo convite da empresa. (...) A indústria já está realizando experimentos com pequenos agricultores no polo Petrolina (PE)/ Juazeiro (BA), nos perímetros de irrigação Mandacaru, Nilo Coelho e Maria Teresa, desde abril deste ano (...) [www.codevasf.gov.br/CodevasfHoje/2009/jornal_setembro.pdf].

Diário Popular, 8 de fevereiro de 2004: Produção de fumo cresce 66% na região de Pelotas. A expansão do fumo, no entanto, tem acarretado a diminuição das áreas ocupadas por produtos como milho, feijão, hortaliças e leite. (...) Mas nem tudo é verde nas plantações de fumo. Quando o assunto é o preço pago ao produtor, a coisa fica preta [http://srv-net.diariopopular.com.br/08_02_04/ag060202.html].

^c Diário Popular, 8 de fevereiro de 2004: Produção de fumo cresce 66% na região de Pelotas. A expansão do fumo, no entanto, tem acarretado a diminuição das áreas ocupadas por produtos como milho, feijão, hortaliças e leite. (...) Mas nem tudo é verde nas plantações de fumo. Quando o assunto é o preço pago ao produtor, a coisa fica preta [http://srv-net.diariopopular.com.br/08_02_04/ag060202.html].



O QUE É A CONVENÇÃO-QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO, SEU STATUS E A IMPORTÂNCIA DOS SEUS ARTIGOS 17 E 18 PARA OS PAÍSES PRODUTORES DE FUMO

O que é?

A CQCT é um tratado internacional de saúde pública que congrega um conjunto de medidas baseadas em evidências de caráter multisetorial nacional e de cooperação internacional para reduzir a epidemia de tabagismo e suas consequências no mundo.

Trata-se de uma resposta global aos determinantes da expansão do tabagismo que, só no século XX, matou cerca de 100 milhões de pessoas. Nesse cenário, a indústria do tabaco é reconhecida como o principal vetor dessa epidemia de adoecimento e mortes^{18,19}.

De forma geral, as medidas centrais estabelecidas pela Convenção têm dois enfoques: um voltado para a demanda e outro para a oferta²⁰.

As medidas relacionadas à demanda estão contidas nos artigos de 6 a 14 e envolvem política de preços e impostos sobre o setor fumo como instrumento para reduzir o tabagismo (artigo 6º); proteção contra os riscos da exposição à fumaça do tabaco (artigo 8º); regulamentação do conteúdo e das emissões dos produtos de tabaco com o enfoque da redução dos danos causados por esses produtos (artigo 9º); regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco (artigo 10); regulamentação da embalagem e etiquetagem desses produtos (artigo 11); educação, comunicação, treinamento e conscientização do público (artigo 12); proibição da publicidade, promoção e patrocínio dos produtos de tabaco (artigo 13); e promoção da cessação do tabagismo (artigo 14).

Já as medidas relacionadas à oferta estão contidas nos artigos de 15 a 18 e envolvem: o combate ao comércio ilícito de produtos de tabaco como forma de recuperar perdas tributárias e sobretudo reduzir o acesso dos jovens e da população de baixa renda aos produtos de baixo preço fornecidos pelo mercado ilegal; a proibição da venda a menores de idade ou por eles; a promoção



e o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis à produção de fumo na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Também dispõem sobre questões de proteção à saúde do trabalhador e ao meio ambiente relacionadas à produção de fumo e derivados (artigo 18).

Status

A CQCT está em vigor há mais de oito anos e, até setembro de 2013, 177 países ratificaram a adesão e estavam implementando suas medidas e diretrizes^{16,21,22}. A velocidade de adesão à Convenção é considerada ímpar na história dos tratados da Organização das Nações Unidas (ONU), e, mesmo países que não a ratificaram, estão adotando suas medidas, a exemplo dos Estados Unidos e da Argentina²⁴⁻³².

O relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2013 sobre a evolução global do tabagismo e as medidas para seu controle (*WHO Report on the Global Tobacco Epidemic, 2013*) ressalta importantes progressos na implementação da CQCT entre 2007 e 2012. Merecem destaque os fatos de que mais de 2,3 bilhões de pessoas já estão protegidas por uma das medidas do tratado de maior impacto e que cerca de 1 bilhão está protegida por duas ou mais medidas de maior impacto³³.

Dos 126 Estados-Partes da Convenção que apresentaram relatório sobre a evolução da implementação do tratado durante a quinta conferência das partes (COP5^d), em novembro de 2012, 75% relataram ter implementado medidas tributárias para reduzir o consumo de tabaco, 95% adotaram a proibição de fumar em recintos coletivos, cerca de 50% adotaram medidas regulamentando os produtos de tabaco quanto a conteúdo e emissões, 75% baniram descritores enganosos nas embalagens (*light*, suave), mais de 75% adotaram advertências sanitárias grandes, visíveis e legíveis, sendo que cerca de 50% adotaram também imagens ilustrativas nas advertências. Mais de 75% das Partes baniram a propaganda de produtos de tabaco e mais de 50% incluíram diagnóstico e tratamento da dependência de tabaco em seus planos e programas nacionais²².

Vale ressaltar os importantes progressos feitos por China e Rússia, respectivamente o primeiro e o segundo maiores consumidores de produtos

^d Quinta Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (COP5), que aconteceu em novembro de 2012 na República da Coreia.



de tabaco do mundo. Em 2011, o governo da China implementou a proibição de fumar em todos os locais públicos fechados, incluindo hotéis, restaurantes e teatros, e a proibição de máquinas de vender cigarros em locais públicos^{34,35}. Em fevereiro de 2013, entrou em vigor, na Rússia, uma lei abrangente para controle do tabaco sancionada pelo Presidente Putin. A lei inclui a total proibição de fumar em recintos coletivos, o banimento de propaganda de produtos de tabaco e do patrocínio por marcas desses produtos, a restrição da exibição dos produtos nos pontos de venda e medidas para limitar a interferência da indústria do tabaco nessa política³⁶.

Ainda no relatório sobre o progresso da CQCT, apresentado na COP5, entre os cerca de 25 países que informaram sobre a prevalência nacional de tabagismo nos dois últimos relatórios, 18 apresentavam redução desse indicador entre adultos, em uma variação de -0,4%, na República da Coreia, a -12,3% na Ucrânia. Entre jovens, observou-se uma redução em 15 dos 24 Estados-Partes que apresentaram esses dados nos dois períodos, variando de -0,5%, na Austrália e na Ucrânia, a -4%, na Eslovênia.

Em 2012, a Turquia relatou uma queda significativa (-20%) na prevalência de tabagismo depois da adoção de uma lei abrangente para controle do tabaco em 2008^{37,38}.

Um relatório da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) de 2012 mostra que, entre os 27 Estados membros da União Europeia, a taxa de tabagismo caiu 5% entre 2000 e 2010. Em cerca de sete países, a prevalência de tabagismo atingiu menos de 20%. As menores prevalências foram observadas na Finlândia, em Malta, em Luxemburgo, em Portugal, na Eslovênia, na Suécia, na Islândia e na Noruega. E as maiores quedas na prevalência foram observadas na Dinamarca (de 31% para 20%), na Letônia (de 42% para 28%), em Luxemburgo (de 26% para 18%), e na Holanda (de 29% para 21%), assim como na Noruega e na Islândia (Figura 3).

Vários outros países, como Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e Japão, também já apresentam redução expressiva na prevalência de tabagismo³⁹⁻⁴².

A Austrália também registrou um recorde na redução do tabagismo, especialmente na província de Vitória, onde atingiu níveis abaixo de 15% pela primeira vez⁴³.

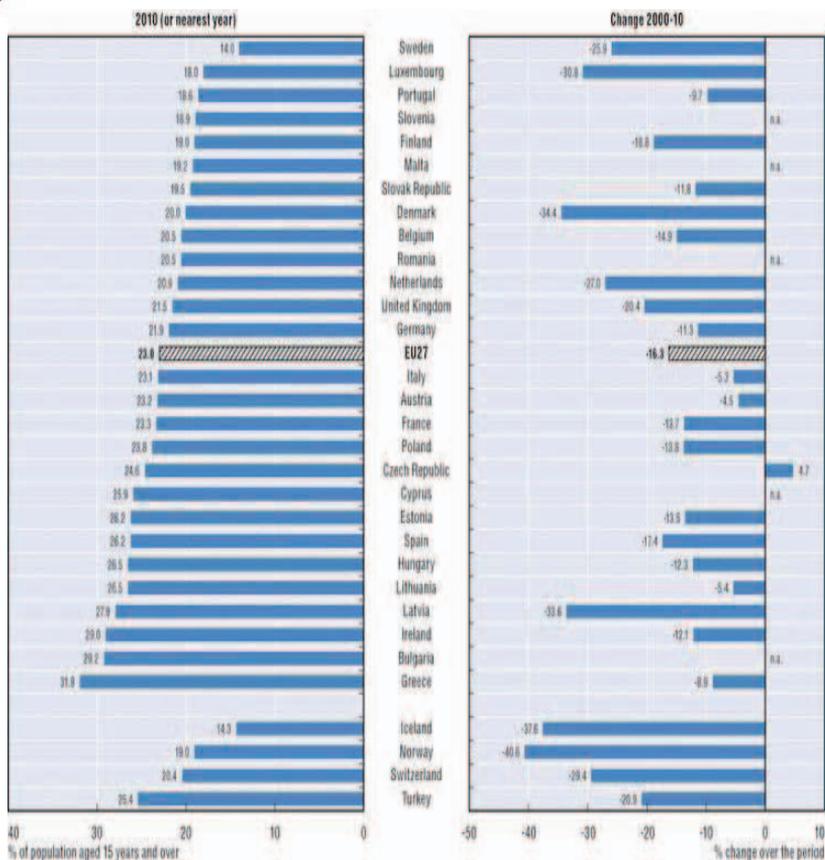


Figura 3 - Tabagismo diário na população adulta em 2010 e mudanças nas taxas de tabagismo entre 2000 e 2010 em 27 países partes da União Europeia

Fonte. *OECD Health Data 2012; Eurostat Statistics Database; WHO Global Infobase.*

Esse cenário também se reflete nos relatórios de monitores do mercado global de fumo. Em fevereiro de 2012, o relatório do *Global Industry Analyts INC. (GIA)* descrevia “tendências de desaceleração do crescimento global do consumo de produtos de tabaco em razão do crescimento de regulações governamentais sobre o mercado de fumo e preocupações sanitárias”⁴⁴.

Essa análise é corroborada por outras similares. Em análise de conjuntura, a *Star Tobacco International* aponta a mesma situação e dá



orientações mais diretas quanto à necessidade de desacelerar a produção de fumo: “O mundo está inundado por tabaco. Os inventários do excedente na Argentina, Brasil, Zimbabwe, Malawi, Índia, Bangladesh e outros países é da ordem de 200 milhões de quilos (...). Uma mensagem é clara para 2011: a indústria precisa de menos tabaco, não de mais”¹¹.

Outra análise mostra, por exemplo, que o comércio de cigarro da União Europeia está em baixa:

Os países fabricantes de cigarros da União Europeia não se recuperaram da crise econômica de alguns anos atrás (...). Agora parece que o comércio de cigarros dos 27 países da União Europeia em 2012 não vai se recuperar e permanecerá em um patamar cerca de 25% abaixo (...) do ano de 2008⁴⁶.

Algumas empresas transnacionais de fumo já apresentam sinais de retração de seu mercado de fumo. Por exemplo, o volume de cigarros da British American Tobacco, nos seis meses anteriores ao final de junho de 2013, caiu em 3,4% quando comparado ao mesmo período de 2012⁴⁷. O volume de vendas da JTI, nos três meses anteriores ao final de junho de 2013, caiu 0,2% nos meses equivalentes até junho de 2012⁴⁸. De julho a setembro de 2013, a companhia Philip Morris vendeu 0,2% menos ao redor do mundo, ou 24 bilhões de unidades. Já a companhia Imperial Tobacco lança cigarro eletrônico para conter quedas do consumo de cigarros convencionais (de tabaco) em 2014⁴⁹.

No Brasil, em outubro de 2013, analistas de mercado apontaram uma significativa perda de volume de vendas na companhia Souza Cruz, que responde por 80% do mercado nacional de tabaco, gerando uma queda de 14% nos seus papéis. Em 2013, o volume de cigarros comercializados pela empresa caiu 10,7%, e as suas exportações caíram 40%^{50,51}.

Vale salientar que, desde 2003, projeções feitas pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) já destacavam que, a partir de 2010, o crescimento global do consumo de tabaco tenderia a cair em torno de 10%. A projeção apontou que o consumo anual por adulto



cairia de 1,6 kg por ano em 2000 para cerca de 1,4 kg a partir de 2010⁵². O estudo também estimou que essa redução poderia ainda atingir 20%, em um cenário com políticas de controle do tabagismo mais restritivas. Vale salientar que essa projeção foi realizada em 2002, quando a Convenção ainda não havia entrado em vigor, o que veio a acontecer em 2005. E certamente esse cenário de rápida adesão dos países à CQCT não foi considerado no estudo da FAO.

No Brasil, dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) sobre a evolução do número de famílias envolvidas na cadeia produtiva de fumo sugerem que muitas delas já vêm sendo excluídas desse sistema de integração ao longo dos últimos seis anos. Em 2005, essa atividade envolvia quase 200 mil famílias e, em 2013, foram 159 mil (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da fumicultura no Brasil entre 1995 e 2013⁵³

FUMICULTURA SUL-BRASILEIRA						
Evolução						
SAFRA	FAMÍLIAS produtoras	HECTARES plantados	PRODUÇÃO		VALOR	
			TON	kg/ha	R\$/kg	Total
95	132.680	200.830	348.000	1.733	1,55	539.400.000,00
2000	134.850	257.660	539.040	2.092	2,00	1.078.080.000,00
05	198.040	439.220	842.990	1.919	4,33	3.650.146.700,00
06	193.310	417.420	769.660	1.844	4,15	3.194.089.000,00
07	182.650	360.910	758.660	2.102	4,25	3.224.305.000,00
08	180.520	348.720	713.870	2.047	5,41	3.862.036.700,00
09	186.580	374.060	744.280	1.990	5,90	4.391.252.000,00
10	185.160	370.830	691.870	1.866	6,35	4.393.374.500,00
11	186.810	372.930	832.830	2.233	4,93	4.105.851.900,00
12	165.170	324.610	727.510	2.241	6,30	4.583.313.000,00
13	159.595	313.675	712.750	2.272	7,45	5.309.987.500,00

Fonte: Afubra

Outro aspecto de mercado preocupante relaciona-se ao crescimento exponencial do consumo global de cigarros eletrônicos nos últimos três anos como uma resposta de mercado à evolução da CQCT⁵⁴.

Analistas de mercado mostram que os cigarros eletrônicos, inventados em 2003, respondem atualmente por 1% dos 80 bilhões de dólares do mercado de cigarros tradicionais. Mas identificaram um rápido crescimento do mercado desse produto que tem dobrado a cada ano



desde 2008. A UBS e a Wells Fargo projetam que o consumo de cigarros eletrônicos ultrapassará o consumo de cigarros tradicionais, motivo pelo qual grandes companhias de tabaco já estão investindo nesse mercado⁵⁵. Acontece que a grande inovação do cigarro eletrônico está na substituição da fumaça de tabaco por um vapor produzido pela atomização de uma solução líquida contendo nicotina. Sendo assim, é importante monitorar como esse mercado, em rápido crescimento, poderia ser mais um fator de impacto negativo sobre a demanda por folhas de tabaco para fabricação de cigarros tradicionais⁵⁶.

O Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco

No Brasil, por ocasião da ratificação da CQCT, muitas das suas medidas já estavam, em maior ou menor grau, implementadas. Contudo, algumas medidas precisaram ser adequadas para atender às diretrizes de melhores práticas da Convenção.

Por isso, em dezembro de 2011, a legislação nacional sofreu um importante ajuste.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 12.546, originada da Medida Provisória nº 540/2011, proibiu totalmente o ato de fumar em recintos coletivos, acabando de vez com a utilização de salas reservadas para fumar, os fumódromos, até então permitidos. Também proibiu totalmente a propaganda de cigarros que, desde 2000, era permitida apenas nos pontos internos de venda. Agora a única propaganda permitida é a exibição das embalagens dos produtos nos pontos de venda.

Essa lei também ampliou o espaço ocupado pelas advertências sanitárias com fotos que os fabricantes são obrigados a veicular desde 2001. A partir de 2016, além do espaço atualmente ocupado de 100% de uma das maiores faces da embalagem de cigarros, as advertências passarão a ocupar 30% da outra maior face.

E ainda remodelou a estrutura de tributos federais sobre cigarros, de forma a aumentar a carga tributária, e instituiu um patamar de preços mínimos para cigarros, abaixo do qual sua comercialização será considerada



ilegal. Essa é uma das medidas mais eficientes para reduzir a experimentação de cigarros e a iniciação de adolescentes no tabagismo.

Além disso, em março de 2012, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou uma resolução proibindo a utilização de aditivos para dar sabores aos cigarros e similares, uma medida recomendada pelas diretrizes dos artigos 9º e 10 da CQCT para reduzir a atratividade desses produtos, importante na redução da iniciação de adolescentes no tabagismo.

Os resultados desses esforços traduzem-se em uma significativa queda no tabagismo entre os brasileiros. A prevalência de fumantes caiu de 34%, em 1989, para 12%, em 2012⁵⁷, o que, por sua vez, resultou em redução da carga de doenças e mortes tabaco-relacionadas, como as cardiovasculares, as respiratórias crônicas e o câncer de pulmão entre homens no país. A meta, pactuada como parte do Plano Nacional para Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e levada, pela Presidente Dilma e pelo Ministro da Saúde, à reunião da ONU sobre DCNT, é de que, em 2015, a prevalência de tabagismo no Brasil caia para menos de 12%⁵⁸.

Como os artigos 17 e 18 salvaguardam os produtores de fumo?

É importante ressaltar que, embora o principal objetivo da CQCT seja reduzir o tabagismo, também busca salvaguardar os meios de vida dos fumicultores do potencial impacto da esperada redução da demanda de fumo.

Essa preocupação permeia todo o texto da Convenção e traduziu-se em uma ação voltada para promoção de alternativas economicamente viáveis à produção de fumo, expressa no artigo 17 desse tratado: “As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”.



Outros trechos da Convenção também tratam dessa questão. O reconhecimento pelas Partes da CQCT da “necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as consequências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco” e

as dificuldades sociais e econômicas que podem gerar, a médio e longo prazos, os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional (preâmbulo da Convenção).

O princípio norteador da Convenção, artigo 4.6, diz

Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

A Convenção fala também sobre a obrigação de financiamento adequado de estratégias para promover alternativas economicamente viáveis à produção de fumo no contexto do desenvolvimento sustentável:

As Partes promoverão, quando aplicável, a utilização de canais bilaterais, regionais, sub-regionais e outros canais multilaterais para financiar a elaboração e o fortalecimento de programas multissetoriais



integrals de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Devem ser abordadas e apoiadas, portanto, no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco, inclusive culturas alternativas.

Implementação do artigo 17 no Brasil: o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco

O Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco foi lançado em 2005, juntamente com a ratificação da CQCT pelo Brasil. Foi elaborado por seis ministérios^e sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tem como objetivo “apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem tabaco e criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias”.

Seus princípios estão associados a uma visão sistêmica das propriedades, com ações que: fortaleçam o desenvolvimento sustentável; ampliem a segurança alimentar das famílias; adotem sistemas diversificados de produção; e mobilizem a participação efetiva de famílias, jovens e mulheres nos processos de planejamento, produção, agregação de valor e comercialização de seus produtos, construindo parcerias institucionais e comunitárias para ampliar a qualidade de vida nas propriedades, comunidades e regiões.

Até 2012, foram investidos mais de 25 milhões em ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), capacitação e pesquisa para a geração de referências em prol da diversificação da produção e renda em áreas de tabaco. São 75 projetos em execução nos estados produtores de tabaco (RS, SC, PR, BA, AL e SE), parcerias com 50 organizações governamentais e com a sociedade civil, as universidades, os centros de pesquisa, as associações

^e MAPA, MRE, Casa Civil, Ministério da Saúde, Relações Institucionais e MDA.



de produtores, que somam mais de 45 mil famílias beneficiadas. Foi realizada uma ação específica de Ater para a diversificação, por meio de Chamada Pública^f, abrangendo 95 dos principais municípios fumicultores, beneficiando 10 mil famílias produtoras de tabaco, com investimentos de mais de 11 milhões de reais, sendo encerradas suas ações em agosto de 2013. No mesmo mês, foi lançada nova Chamada Pública^g, específica para Diversificação em Áreas de Tabaco, com investimentos de mais de 52 milhões, com um período de execução de três anos, sendo ampliado o público beneficiário para 11.200 famílias, somente para os três estados do Sul, com o intuito de dar continuidade às famílias beneficiadas com a chamada de 2011.

Foram realizados estudos sobre a situação dos fumicultores na cadeia produtiva do tabaco, assim como sobre as alternativas economicamente viáveis ao fumo¹², para subsidiar tecnicamente a implementação do Programa. Em 2012, foi realizado painel de especialistas que debateram estratégias para diversificação dos meios de vida, com a participação de 70 pesquisadores, professores universitários, gestores dos poderes federais, estaduais e municipais^h.

A gestão do Programa se dá por meio de uma redeⁱ de organizações representativas da Ater, pesquisa, academia e dos produtores, que planejam, avaliam e propõem ações para a implementação do Programa.

Alguns dos grandes desafios a serem compartilhados por gestores federais, estaduais e municipais são: ampliar o número de agricultores acessando ações e políticas para a diversificação; ampliar parcerias municipais e estaduais para a diversificação nos temas de Ater, capacitação e pesquisa; dar continuidade no acompanhamento das famílias em processo de diversificação; promover convergência de políticas públicas em prol da diversificação; realizar acompanhamento, monitoramento e avaliação qualificada dos projetos de Ater da Chamada Pública da Diversificação 2011 e 2013, bem como para

^f Chamada Pública nº 4/2011, conforme instituiu a Lei nº 12.188/2010, para a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural no país.

^g Chamada Pública nº 06/2013, conforme instituiu a Lei nº 12.188/2010, para a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural no país.

^h Workshop sobre Pesquisa e Estratégias para Diversificação dos Meios de Vida, High Impact Advocacy Project on Tobacco and Poverty in Brazil, realizado em Porto Alegre/RS, nos dias 04 e 05 de julho, 2012.

ⁱ Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, criada em 2008, sob coordenação do MDA/Secretaria de Agricultura Familiar/Dater.



os demais projetos em execução; acompanhar o cenário e as projeções para a adeia produtiva do tabaco; consolidar grupo de pesquisa que subsidie o governo na implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT.

A importância da cooperação internacional para implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

Dada a importância e a complexidade de medidas para viabilizar alternativas economicamente viáveis à produção de fumo, assim como para garantir que gere menos impacto sobre a saúde do trabalhador e sobre o ambiente, durante a Primeira Conferência das Partes da Convenção-Quadro (COP1), em 2006, o Brasil, enquanto país produtor de tabaco, liderou a defesa de priorização desse tema na agenda da COP. Essa iniciativa resultou no estabelecimento do Grupo de Estudos sobre alternativas economicamente viáveis à produção de fumo em relação aos artigos 17 e 18 da CQCT (*decision FCTC /COP1/(17) - Study group on economically sustainable alternativesto tobacco growing in relation to Articles 17 and 18 of the Convention*).

As duas primeiras reuniões desse Grupo de Estudos foram realizadas pelo Brasil, em 2007, e pelo México, em 2008. Vale salientar que, em função das dificuldades orçamentárias para os trabalhos da COP relativos a esse tema, a primeira reunião desse Grupo foi totalmente financiada pelo Brasil, custo esse compartilhado pelos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e das Relações Exteriores.

Nas suas duas reuniões, o Grupo de Estudos concluiu que a substituição de uma atividade econômica por outra não era suficiente para abordar de forma adequada o problema da pobreza e da vulnerabilidade dos agricultores familiares produtores de tabaco e recomendou a abordagem de meios de vida sustentáveis¹ como a mais adequada para a implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT. Isso porque essa abordagem poderia ser conduzida a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, envolvendo

¹ O conceito de meios de vida sustentável (*sustainable livelihoods*) foi introduzido por Amartya Sen, Prêmio Nobel em economia em 1998 e criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual. Trata-se de uma abordagem que vem sendo amplamente usada como base para as ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável.



aspectos de saúde, de meio ambiente, sociais e econômicos, indo além da substituição de uma atividade econômica por outra. Ainda nesse contexto, o grupo entendeu a necessidade de desenvolver uma matriz metodológica holística para comparar os meios de vida dos produtores de tabaco com meios de vida alternativos e prover as bases para implementação dos artigos 17 e 18. O grupo de estudo recomendou ainda a diversificação de atividades como um estágio intermediário no processo de mudança de produção, envolvendo oportunidades tanto agrícolas quanto não agrícolas, incluindo a transformação de um produto agrícola em outro produto.

Também identificou a necessidade de pesquisas relacionadas aos efeitos da produção de tabaco sobre a saúde e o ambiente, assim como sobre seu impacto socioeconômico. Propôs que todas as pesquisas sobre produção de tabaco e suas alternativas produtivas em potencial fossem compiladas para formular as próximas etapas.

Recomendou ainda que o desenvolvimento de alternativas ao tabaco fosse parte de programas governamentais abrangentes de desenvolvimento rural. E apontou a necessidade de proteger as políticas de alternativas ao tabaco de interferências indevidas da indústria do tabaco, conforme determina a CQCT no seu artigo 5.3 e suas diretrizes.

As conclusões e recomendações do Grupo de Estudos foram a base para que a Conferência das Partes da Convenção, na sua terceira reunião (COP3), decidisse transformá-lo em um Grupo de Trabalho (*working group (WG) on article 17 and 18 - decision FCTC/COP3(16)*) com mandatos específicos:

- (a) desenvolver uma matriz metodológica padrão para avaliar, de forma abrangente, a viabilidade e a sustentabilidade da produção agrícola de tabaco e de meios de vida alternativos, incluindo, mas não limitados a sistemas de cultivos alternativos, e levando em consideração fatores sanitários, sociais, ambientais e econômicos.
- (b) padronizar, levando em conta os objetivos da Convenção, a terminologia, os instrumentos e as variáveis usadas nessa área, de forma alinhada com padrões e práticas internacionais;
- (c) promover o desenvolvimento de estudos sobre os efeitos da produção agrícola de tabaco sobre a saúde, o ambiente e as estruturas sociais nos



Estados-Partes da CQCT que são países em desenvolvimento e nos com economia em transição;

(d) identificar e promover ativamente trocas de informações e experiências entre países que estão tomando iniciativas de assistir os agricultores na troca da produção de tabaco por meios de vida alternativos;

(e) avaliar fontes de informação, pesquisas e experiências, melhores práticas e regulações relacionadas à produção de tabaco, ao emprego e ao papel da indústria do tabaco, coletando-as e compartilhando-as quando apropriadas;

(f) promover sinergias e evitar duplicação de esforços por meio da identificação e do desenvolvimento de mecanismo e áreas de cooperação com organizações intergovernamentais, e organizações não governamentais que tenham expertise na promoção de alternativas sustentáveis à produção de tabaco, como sistemas de produção agrícolas alternativos;

(g) elaborar, com base nos itens acima, e quando o grupo de trabalho considerar apropriado, opções de políticas e recomendações para a implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção para consideração da Conferência das Partes.

Desde então, o Grupo de Trabalho (*Working Group on article 17 & 18*) reuniu-se três vezes. A primeira reunião ocorreu na Índia, em 2009, a segunda em Gana, em 2010, e a terceira em Genebra, em 2012. Nesse processo, merece destaque o protagonismo do Brasil que, enquanto país facilitador, é o único que tem uma iniciativa de abrangência nacional para o cumprimento desse artigo na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. Isso se dá por meio do Programa de Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco coordenado pelo MDA.

Nesse cenário, o Brasil assumiu o compromisso de desenvolver uma matriz metodológica para orientar essa política, assim como para avaliar seu impacto sobre os meios de vida dos agricultores, que corresponde ao primeiro item da lista de tarefas do mandato do Grupo de Trabalho acima citado. Trata-se de uma iniciativa que, além de ajudar na avaliação do Programa Nacional de Diversificação, também representará uma contribuição do Brasil



com os trabalhos internacionais desse Grupo, haja vista o grande interesse de outros países em aplicá-la. O desenvolvimento dessa matriz metodológica dá-se sob a coordenação do MDA.

Além disso, no âmbito do artigo 18 da Convenção, que envolve o impacto da produção de tabaco sobre a saúde humana, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde realizou estudo epidemiológico que detectou pela primeira vez no Brasil, em Arapiraca (AL), e, posteriormente, em Candelária, a doença da folha do tabaco entre agricultores familiares produtores de tabaco. Essa é um agravo à saúde decorrente da intoxicação aguda por nicotina proveniente da folha do tabaco. Essa nicotina é absorvida pela pele durante a fase de colheita^{59,60}. Além disso, o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), a saúde do trabalhador do Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde do RS estão colaborando com estudos sobre saúde dos fumicultores no projeto-piloto do município gaúcho de Dom Feliciano. Ainda, os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) dos Vales, do Centro e Estadual do Rio Grande do Sul têm investido em capacitação de profissionais de saúde para prevenção e diagnóstico precoce dos agravos à saúde decorrentes da produção de fumo.

Da terceira reunião do Grupo de Trabalho sobre os artigos 17 e 18, realizada em fevereiro de 2012, participaram 21 países, entre facilitadores e parceiros. Participaram também, como observadores, representantes da Organização Mundial da Saúde/Tobacco Free Initiative (OMS/TFI), representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da FAO e do United Nations Environment Program (UNEP), além de representantes da sociedade civil organizada (Framework Alliance – FCA).

A delegação do Brasil ficou bastante preocupada com a proposta apresentada nessa reunião, a qual recomendava, como um dos objetivos para o artigo 17, a redução da produção de tabaco. Por isso, essa delegação propôs modificações no documento, defendendo a posição de que reduzir a produção de tabaco não poderia ser considerado um objetivo ou meta porque a Convenção não recomenda nenhum tipo de restrição à produção de tabaco. A Convenção busca apenas formas de salvaguardar os fumicultores e não tem nenhum objetivo de restringir a produção. O Brasil manifestou o entendimento de que a redução de produção pode ser incluída como um indicador de resultado mas não como objetivo ou meta. Esse posicionamento



teve apoio entre vários países presentes no Grupo de Trabalho, como os da União Europeia, e de outros países que se manifestaram posteriormente, por exemplo, o Canadá.

Assim, a delegação do Brasil trabalhou ativamente na COP5 para mudar esses aspectos da minuta de recomendações e opções de políticas para os artigos 17 e 18, e, como resultado, a COP5 decidiu pela continuidade dos trabalhos do Grupo de Trabalho, ressaltando os seguintes aspectos:

- Que a CQCT não tem como objetivo penalizar os produtores de tabaco mas promover alternativas economicamente viáveis.
- Que o sucesso da CQCT resultará em redução do consumo, tendo em mente que o artigo 17 da Convenção tem como objetivo aumentar o número de opções de meios de vida, com vistas a dar assistência aos produtores e trabalhadores rurais.
- Que os agricultores que vivem em situação de pobreza são os mais vulneráveis ao ciclo de dependência, que, em alguns casos, está ligado à produção de tabaco.
- Que há a necessidade de desenvolver e compartilhar sólidas alternativas economicamente viáveis na forma de recomendações e opções de políticas, com vistas a oferecer apoio aos agricultores familiares, produtores de tabaco e trabalhadores.

E decidiu:

1. Que o Grupo de Trabalho continue com um novo mandato e conclua sua tarefa na COP6, quando deverá apresentar recomendações e opções de políticas baseadas nos achados produzidos pela implementação de um arcabouço metodológico padronizado em projetos-pilotos e outras experiências relevantes.



2. Que o arcabouço metodológico deve ser centrado, entre outros, nos seguintes elementos:
 - (a) identificação participativa dos sistemas agrários dos produtores de tabaco (recursos naturais, disponibilidade de meios de produção, determinantes socioeconômicos) e identificação de produções alternativas;
 - (b) projetos-pilotos e outras experiências relevantes para identificar as especificidades de uma dada área produtora;
 - (c) troca de informação entre as partes;
 - (d) lições aprendidas (análises e achados);
 - (e) opções de políticas baseadas nos seguintes instrumentos: assistência técnica; organizações econômica e social; infraestrutura e serviços; crédito rural; garantia de preço; seguro de produção e renda; programa de aquisição de alimentos.

3. Desenvolver opções de políticas que abordem aspectos ligados a questões ambientais e de saúde, especialmente relacionados à doença da folha verde de tabaco.

Um dos compromissos assumidos pelo Brasil foi realizar a quarta reunião do Grupo de Trabalho para os artigos 17 e 18, para cumprir esse mandato até a COP6. Essa reunião acontecerá em Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre 1 e 3 de outubro de 2013 e seu objetivo é obter um arcabouço metodológico para implementação desses artigos. Para esse fim, delegações de 20 países produtores reunir-se-ão durante três dias para discutir as propostas que o Brasil apresentará nesse sentido, com base na experiência acumulada na implementação de seu Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Previamente à reunião do Grupo de Trabalho, a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (Conicq) realizará uma reunião aberta em Porto Alegre/RS para informar sobre essa reunião, seus objetivos e as próximas etapas, além de ouvir as organizações e instituições interessadas nesse tema.



CONCLUSÕES

A CQCT, em vigor no mundo desde 2005, já apresenta efeitos positivos em termos de redução do consumo global de produtos de tabaco. Países produtores de tabaco, como o Brasil que é o terceiro maior produtor e o maior exportador mundial, têm a obrigação de implementar o artigo 17 da Convenção, que trata da implantação de alternativas economicamente viáveis para salvaguardar pequenos agricultores produtores do fumo do impacto da esperada redução da demanda global. No Brasil, a demanda nacional por produtos de tabaco tem caído de forma substantiva, e 85% da produção de tabaco é exportada, dependendo, portanto, de um cenário global cuja tendência é de desaceleração.

Os dados aqui apresentados apontam o grau de urgência e relevância desse tema, o que demanda de gestores de Estados e municípios produtores uma maior atenção para a implementação do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, em andamento sob a coordenação do MDA desde 2006.



REFERÊNCIAS

1. Food and Agriculture Organization of the United Nation, FAOSTAT 2013 [acesso 2013 Out. 10]. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/home/index.html#HOME>.
2. Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco). Exportações. Brasil é líder mundial em exportação de tabaco [Internet]. 2013 [acesso 2013 Out. 02]. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/exportacoes/>.
3. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Brasil). Balança comercial brasileira [Internet]. Brasília, DF; 2013 Jun [acesso 2013 Nov. 28]. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>.
4. Sinditabaco.com.br [Internet]. Santa Cruz do Sul (RS): Sindicato da Indústria do Tabaco; c 2009[atualizado 2013 Nov. 09; acesso 2013 Nov. 10]. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/?link=setor.cidade>.
5. Almeida GEG. . Fumo:servidão moderna e violação dos direitos humanos [Internet]. Curitiba(PR): Terra de Direitos; 2005 [acesso 2013 Nov. 09]. Disponível em: www.terraedireitos.org.br/arquivos/modulo_4/conteudo3522.pdf.
6. Brazil's famed integrated tobacco production system is under pressure. Tobacco Reporter [Internet].2008 [acesso 2013 Out. 10]. Disponível em: http://tobaccoreporter.com/home.php?id=119&cid=4&article_id=10877June 2008.
7. Bonato AA. Conjuntura: fumo a fumicultura e a convenção-quadro - desafios para a diversificação [Internet]. Curitiba (PR): DESER; 2009 [acesso 2013 Jun. 13]. Disponível em: http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=146.
8. Treichel M. Afubra quer anular as propostas [Internet]. Gazeta do Sul. 2011 Dez. 06 [acesso 2013 Jun. 12]. Disponível em: http://www.gaz.com.br/gazetadosul/noticia/316886-afubra_quer_anular_as_propostas/edicao:2012-01-21.html.
9. RS: 200 mil formulários de fumicultores e trabalhadores devem chegar à Anvisa [Internet]. Rural Centro. 2011 Mar. 26; Agricultura [acesso 2013 Jul. 17]. Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/rs-200-mil-formularios-de-fumicultores-e-trabalhadores-devem-chegar-a-anvisa-37170>.
10. Tobacco Control Laws. Sinditabaco v. ANVISA [Internet]. 2012 [acesso 2013 Ago. 16]. Disponível em: <http://www.tobaccocontrolaws.org/litigation/decisions/br-20121217-sinditabaco-v.-anvisa>.
11. Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco). Entrevista. Sinditabaco News [Internet]. 2013 Jul-Set [acesso 2013 Nov. 12]. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/sinditabaco-news-julhoagostoseptembro-2013/>.
12. Bonato A, Zotti CF, Angelis T. Tabaco, da produção ao consumo. Uma cadeia da dependência. Curitiba (PR): DESER; 2010.
13. Otañez MG, Mamudu H,Glantz SA. Global leaf companies control the tobacco market in Malawi [Internet]. Tob Control. 2007 [acesso 2013 Mai. 15]; 16(4): 261–9. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2598545/>.
14. Otañez MG, Mamudu H,Glantz SA. Tobacco companies' use of developing countries' economic reliance on tobacco to lobby against global tobacco control: the case of Malawi [Inetnet]. Am J Public Health. 2009 [acesso 2013 Mai. 15]; 99(10):1759-71. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19696392>.
15. Japan International Tobacco. Growing Sustainability. Environment, health and safety report 2008/2009 [Internet]. Tokio: JTI; 2009 [acesso 2013 Set. 20]. (JTI EHS Report 2008/2009). Disponível em: http://www.jti.com/documents/ehs/EHS_report_20082009.pdf.



16. Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco). Alagoas e Bahia passarão a exportar tabaco para a China. 2012 Ago [acesso em 2013 Set. 03]. Disponível em: <http://sinditabaco.com.br/alagoas-e-bahia-passarao-a-exportar-tabaco-para-a-china/>.
17. Souza Cruz. Impacto e importância econômica. Porto Alegre (RS); 2012 Jul [acesso 2013 Ago. 17]. Disponível em: http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KFB?opendocument&SKN=1.
18. World Health Organization. WHO report on the global tobacco epidemic, 2008. The MPOWER package fresh and alive [Internet]. Geneva: WHO; 2009 [acesso 2013 Abr. 22]. p. 21 Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241596282_eng.pdf.
19. World Health Organization. WHO Framework Convention on Tobacco Control [Internet]. Geneva: WHO; 2003 [acesso 2013 Mai. 19]. Disponível em: http://www.who.int/fctc/text_download/en/index.html.
20. WHO Framework Convention on Tobacco Control. Geneva; 2013 [acesso 2013 Nov. 21]. Disponível em: <http://www.who.int/fctc/en/>.
21. WHO Frame Work Convention on Tobacco control. Data available in the web - in September 15th 2013. Geneva; 2013 [acesso 2013 Nov. 23]. Disponível em: <http://www.who.int/fctc/en/>
22. World Health Organization, Global progress in implementation of the WHO FCTC: key findings Report by the Convention Secretariat . In: 5 Conference of the Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control [Internet]. 2012 Nov. 12-17; Seoul, Republic of Korea. Geneva: WHO; 2012 [acesso 2013 Mai. 12]. Disponível em: http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop5/FCTC_COP5_5-en.pdf.
23. WHO Framework Convention on Tobacco Control. 2010 global progress report on the implementation of the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Geneva: WHO; 2010 [acesso 2013 Mai. 24]. Disponível em: http://www.who.int/fctc/reporting/progress_report_final.pdf.
24. EUBusiness. The fight against tobacco in the EU: briefing. 2010 Mai [acesso 2013 Abr. 29].. Disponível em: <http://www.eubusiness.com/topics/health/tobacco.03/>.
25. Voice of America. Obama to Sign Landmark Tobacco Bill. 2009 Jun [acesso 2013 Nov. 06]. Disponível em: <http://www.voanews.com/english/news/a-13-2009-06-22-voa33-68826282.html>.
26. Uruguay smoking prevalence 1998 [Internet]. 2003 Jun [acesso 2013 Dez. 04]. Disponível em: <http://www.globalink.org/tccp/Uruguay.pdf>.
27. Global Adult Tobacco Survey (GATS). GATS objectives [Internet]. Uruguay; 2009 [acesso 2013 Out. 23]. Disponível em: http://www.who.int/tobacco/surveillance/fact_sheet_of_gats_uruguay_2010.pdf.
28. Euromonitor International [Internet]. Londres; c2010- [atualizado 2013 Nov. 28; acesso 2013 Dez. 02]. Disponível em: <http://www.euromonitor.com/countryfolders.aspx>.
29. Economic outlook : first quarter 2010 Industry experts weigh in on last season and look ahead to 2010. The 2009 growing season presented yet more challenges for tobacco farmers, with news about SCHIP and tax increases on cigarettes, FDA oversight, falling consumption, stagnant high input costs and a wet season that was particularly difficult on burley growers ... Tobacco Farm Quarterly Magazine [Internet]. 2010 [acesso 2013 Jul. 17]. Disponível em: http://www.tobaccofarmquarterly.com/home.php?id=119&cid=645&article_id=10294.
30. NCD Alliance . Argentina anti - tobacco program recieves global Heart Hero Award [Internet]. 2010 Nov [acesso 2013 Jul. 17]. Disponível em: <http://www.ncdalliance.org/node/3210>.
31. CBC News. A legal history of smoking in Canada. CBC News Health [Internet]. 2011 Jul [acesso 2013 . Mai. 12]. Disponível em: <http://www.cbc.ca/news/health/story/2011/07/29/f-smoking-laws-timeline.html>.



32. OECD. Smoking among adults. In: Health at a Glance [Internet]. United Kingdom; 2012 [acesso 2013 Dez. 04]. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/sites/9789264183896-en/02/05/index.html?jsessionid=97t37ei8gnkx-0ecd-live-02?contentType=&itemId=/content/chapter/9789264183896-24-en&containerItemId=/content/serial/23056088&accessItemIds=/content/book/9789264183>.
33. World Health Organization. WHO report on the global tobacco epidemic, 2013: enforcing bans on tobacco advertising, promotion and sponsorship [Internet]. Geneva: WHO; 2013 [acesso 2013 Nov. 13]. (Executive Summary). Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85381/1/WHO_NMH_PND_13.2_eng.pdf.
34. Joshi M. China's indoor smoking ban to start May 1. TopNews.in [Internet]. 2011 Abr [acesso 2013 Jun. 12]. Disponível em: <http://www.topnews.in/health/chinas-indoor-smoking-ban-start-may-1-211857>.
35. Asian Scientist. 17 chinese cities join smoke-free program [Internet]. 2013 Set [acesso em 2013 Out. 25]. Disponível em: <http://www.asianscientist.com/topnews/emory-global-health-institute-china-tobacco-control-partnership-2013/>.
36. The International Union Against Tuberculosis and Lung Disease . Comprehensive tobacco control law signed into force by Russia's President Putin [Internet]. 2013 Feb [acesso 2013 Set. 09]. Disponível em: <http://www.theunion.org/index.php/en/newsroom/news/item/2353-comprehensive-tobacco-control-law-signed-into-force-by-russias-president-putin>.
37. Today's Zaman. Smoking rate decreases by 15 percent with anti-smoking law. Sanday's Zaman [Internet]. 2012 Jan [acesso 2013 Ago. 16]. Disponível em: <http://www.todayzaman.com/news-267588-smoking-rate-decreases-by-15-percent-with-anti-smoking-law.html>.
38. Hürriyet Daily News. Turks no longer 'smoking like Turks,' report shows [Internet]. 2013 Mar [acesso 2013 Jun. 18]. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/turks-no-longer-smoking-like-turks-report-shows.aspx?PageID=238&NID=43071&NewsCatID=341>.
39. Cancer Research UK. Smoking. Percentage of population who smoke [Internet]. 2012 [acesso 2013 Jun. 25]. Disponível em: <http://www.cancerresearchuk.org/cancer-info/cancerstats/types/lung/smoking/lung-cancer-and-smoking-statistics>.
40. Jha P. Avoidable global cancer deaths and total deaths from smoking. Medscape Multispecialty [Internet]. 2009 [acesso 2013 Out. 10]. Disponível em: http://www.medscape.com/viewarticle/708395_4.
41. Health Canada. Smoking in Canada hits all-time low in 2010 [Internet]. Ottawa; 2011 [2013 Out. 17]. Disponível em: http://www.hc-sc.gc.ca/ahc-asc/media/nr-cp/_2011/2011_120-eng.php.
42. Center for Disease Control and Prevention. CDC reports vital information on smoking [Internet]. Atlanta; 2011 [2013 Out. 26]. Disponível em: <http://www.cdc.gov/features/vitalsigns/adultsmoking/>.
43. Cancer Council Victorian. Victorian smoking rates hit record low, new figures reveal [Internet]. Melbourne; 2012 Jul [acesso 2013 Ago. 30]. Disponível em: <http://www.cancervic.org.au/media/media-releases/2012-media-releases/july-2012-media/smoking-record-low.html>
44. CA (PRWEB). Global demand for tobacco to post sluggish growth, owing to rising government regulations and health concerns, according to a new report by Global Industry Analysts, Inc. PRWEB [Internet]. 2012 Fev [acesso 2013 Set. 26]. Disponível em: http://www.prweb.com/releases/tobacco_cigarette_cigar/smokeless_tobacco/prweb9164863.htm
45. Hayes L, Durkin S, Wakefield M. Smoking prevalence & consumption in Victoria: key findings from the 1998-2010 population surveys [Internet]. Cancer Council Victoria; 2011 [acesso 2013 Jul. 19]. (CBRC Resear-



ch Paper Series, 42). Disponível em: <http://www.cancervic.org.au/about-our-research/behavioural/research-papers/smoking-prevalence-2010.html>

46. Parker J. EU cigarette trade drifting downward. Tobacco International [Internet]. 2012 Mar [acesso 2013 Jul. 23]. Disponível em: <http://catalog.proemags.com/publication/f8ac9e2a#/f8ac9e2a/24>

47. BAT's volume down in first six months. Tobacco Reporter [Internet]. 2013 Jul 31 [acesso 2013 Set 05]. Disponível em: <http://www.tobaccoreporter.com/2013/07/bats-volume-down-in-first-six-months/>

48. Volume down at JT (slightly) and JTI. Tobacco Reporter [Internet]. 2013 Jul 30 [acesso 2013 Ago. 30]. Disponível em: <http://www.tobaccoreporter.com/2013/07/volume-down-at-jt-slightly-and-jti>

49. Geller M. Imperial tobacco lança cigarro eletrônico para conter quedas. Exame. com [Internet]. 2013 Nov 05 [acesso 2013 Nov. 20]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/imperial-tobacco-lanca-cigarro-eletronico-para-conter-quedas>

50. Caetano R. Acabou o encanto da Souza Cruz? Isto É Dinheiro [Internet]. 2013 Out 23 [acesso 2013 Nov. 02]. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/132471_ACABOU+O+ENCANTO+DA+SOUZA+CRUZ

51. Oli M. Cigarro tem tirado o fôlego da Souza Cruz na bolsa. Exame. com [Internet]. 2013 Out 22 [acesso 2013 Nov. 05]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/cigarro-tem-tirado-o-folego-da-souza-cruz-na-bolsa>

52. Food and Agriculture organization of the United Nations (FAO). Higher world tobacco use expected by 2010 - growth rate slowing down. 2004 Jan [acesso 2013 Ago. 10]. Disponível em: <http://www.fao.org/english/newsroom/news/2003/26919-en.html>

53. Associação dos Fumicultores do Brasil. Evolução da fumicultura. Santa Cruz do Sul (RS): Afubra; 2013 [2013 Set. 27]. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/83>.

54. Pinto P. O cigarro electrónico. PPLWare no Comments [Internet]. 2010 Fev. [acesso 2013 Set. 12]. Disponível em: <http://pplware.sapo.pt/pessoal/curiosidades/o-cigarro-electronico>

55. Sanburn J. Can electronic cigarettes challenge big tobacco? Times Business & Money [Internet]. 2013 Jan 08 [acesso 2013 Jul. 16]. Disponível em: <http://business.time.com/2013/01/08/can-electronic-cigarettes-challenge-big-tobacco/>

56. NC Farmers Market. How e-cigarettes are threatening tobacco farmers [Internet]. 2013 Set [acesso 2013 Out. 07]. Disponível em: <http://ncfarmersmarkets.org/archives/49>

57. Alarcon T. Dados da pesquisa Vigitel indicam que parcela de fumantes caiu. 2013 Ago 28 [acesso 2013 Set. 14]. In: Blog da Saúde [Internet]. Brasília, DF: MS c2011 - . [1 tela]. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/dados-da-pesquisa-vigitel-indicam-que-parcela-de-fumantes-caiu-20-em-seis-anos/>

58. Palácio do Planalto (Brasil). Abertura da reunião de alto nível sobre doenças crônicas não-transmissíveis [video]. 2011 Set [acesso 2013 Jul. 19]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=b1om1-oNUE0>

59. Oliveira PPV, et al. Primeiro relato do surto da doença da folha verde do tabaco no Brasil. Cad Saúde Pública [Internet]. 2010 [acesso 2013 Abr. 24]; 26(12): 2263-9. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2010001200005&script=sci_abstract&lng=pt.

60. Mendonça L. Doença da folha verde do tabaco será discutida em Brasília [Internet]. Macéio (AL): Saúde Secretária de Estado de Saúde; 2009 [acesso 2013 Jul. 21]. Disponível em: <http://www.saude.al.gov.br/doenadafo-lhaverdedotabacoerdiscutidaembrasilia-21-07-2009>

Este livro foi impresso em offset,
papel offset, 90g, 4/4.
Fonte: Adobe Caslon Pro, corpo 10
Rio de Janeiro, fevereiro de 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7318-239-2



9 788573 182392

Versão eletrônica

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7318-238-5



9 788573 182385

Versão Impressa



Comissão Nacional para
Implementação da
Convenção-Quadro para o
Controle do Tabaco



Ministério da
Saúde

Governo
Federal